Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.MJMS-8615/2013**
PROCESSO TC/MS	:	TC/17002/2012
PROTOCOLO	:	1256253
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI
ORDENADOR DE DESPESAS	:	JOSÉ ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE
CARGO DO ORDENADOR	:	PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO – 005/2012
RELATORA	:	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
CONTRATADO (A)	:	AUTO POSTO JACARÉ LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL – 056/2011
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL), LUBRIFICANTE E FILTROS, SENDO UTILIZADA BOMBA
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 500.925,92

CONTRATO ADMINISTRATIVO – FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL), LUBRIFICANTE E FILTROS, SENDO UTILIZADA BOMBA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO – REGULARIDADE E LEGALIDADE.

Referem-se estes autos ao contrato administrativo nº 005/2012, firmado entre o Município de Iguatemi e a empresa Auto Posto Jacaré Ltda., com o objetivo acima exposto.

A 6ª ICE procedeu a Análise Conclusiva da peça de nº 39 onde observou que as justificativas apresentadas condizem com a realidade, portanto satisfazem às exigências legais, assim constatou:

> Diante do exposto, opinamos pela **regularidade e legalidade** do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial e do instrumento de Contrato (1ª fase), nos termos do artigo 308 da Resolução Normativa TC/MS nº 057/2006, encaminhamos o presente processo ao Ministério Público de Contas, para parecer.

Da mesma forma é o que entende o Ministério Público de Contas que, ao examinar o processo concluiu pela **regularidade e legalidade** do procedimento licitatório e da formalização do instrumento contratual, como consta no Parecer de peça nº 47.

É o Relatório.

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

Verifico por meio da documentação apresentada que as exigências contidas na legislação vigente foram cumpridas, tendo o procedimento licitatório na modalidade pregão presencial nº 056/2011 e o contrato administrativo nº 005/2012 as cláusulas essenciais quanto ao objeto, vigência, valor, atestando sua **regularidade e legalidade.**

Desta forma, acolho os posicionamentos formulados tanto pela Equipe Técnica quanto pelo representante do Ministério Público de Contas, uma vez que o responsável pelo órgão apresentou tempestivamente os documentos.

Diante de todo o exposto e de conformidade com o artigo 13, inciso V do Regimento Interno desta Corte **DECIDO:**

1- pela **Legalidade e Regularidade** do procedimento licitatório na modalidade pregão presencial nº 056/2012 e o contrato administrativo nº 005/2012, firmado entre o Município de Iguatemi e a empresa Auto Posto Jacaré Ltda., com base no artigo 311, inciso I e artigo 312 inciso I, todos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

2- pela remessa destes autos à 6ª Inspetoria para cumprimento do disposto ao artigo 317 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

3- Determino a remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais.

É a DECISÃO.

Campo Grande, 09 de outubro de 2013.

Conselheira Marisa Serrano
R E L A T O R A

GAS